Direito e Sustentabilidade

A sustentabilidade tornou-se um dos grandes princípios ordenadores do Direito contemporâneo, sendo transversal a constituições e tratados, avaliações de impacto regulatório e em obrigações de diligência devida empresarial. Todavia, a própria ubiquidade do conceito oculta uma tensão persistente: a sustentabilidade é, a um tempo, uma aspiração fundacional, proclamada com quase unânime força retórica, e uma constrição operativa que importa traduzir, setor a setor, em instrumentos jurídicos exequíveis — como sejam os regimes de gestão hídrica, a governação de estreitos marítimos, os incentivos fiscais, a arbitragem de investimento, ou a autonomia marítima. Uma coisa é declarar o valor constitucional da sustentabilidade; outra, bem distinta, é edificar a arquitetura institucional através da qual esse valor sobrevive ao confronto com a prática administrativa, a pressão dos mercados e o interesse geopolítico. Ao presente dossier, *Direito e Sustentabilidade*, cumpre precisamente essa tarefa de tradução — o hiato, e ocasionalmente a ponte, entre a ambição normativa e a capacidade institucional.

Esta reflexão tem a sua génese no XVIII Encontro de Professores de Direito Público, realizado em setembro de 2025 na Universidade Portucalense (UPT). Ainda que este dossier temático constitua publicação independente, sujeita ao habitual processo de revisão por pares em regime de duplo *blind peer review* próprio da revista, é a esse Encontro que se encontra devedor, razão pela qual se inicia com uma seleção de textos aí originalmente apresentados, para depois se alargar a um conjunto mais vasto de submissões independentes que consideravelmente enriquecem a discussão.

Os catorze artigos reunidos na secção de Investigação Científica, abordam a questão da sustentabilidade a partir de perspetivas jurídicas complementares — teoria constitucional, direito administrativo, direito do mar,

direito regulatório da União Europeia, governação climática e resolução internacional de litígios, segurança energética e direito fiscal.

O dossier abre com quatro contributos oriundos do XVIII Encontro. **Eduardo António da Silva FIGUEIREDO**, em *"Novo Direito Administrativo" e Sustentabilidade Social: Da Administração Pública Igualitária à Administração Pública Inclusiva*, indaga de que modo a atividade administrativa pode e deve responder às exigências da sustentabilidade social, evidenciando as bases normativas que vinculam a Administração Pública ao imperativo da igualdade e da não discriminação, e interrogando o que significa, para o Direito Administrativo, transitar da mera oposição à exclusão para a afirmação positiva da inclusão. **Inês NEVES**, em *Do Desenvolvimento Sustentável como Princípio Constitucional à União Europeia enquanto Sujeito Responsável a se*, examina o desenvolvimento sustentável como princípio jurídico e valor constitucional do ordenamento da União Europeia, sustentando — a partir da influência estabilizadora do Direito Internacional na densificação da multidimensionalidade, da lógica integrada e do horizonte intergeracional do conceito — a sua qualificação como princípio constitucional da União, o qual, não podendo isoladamente fundar competência autónoma, funda uma responsabilidade própria da União, legitimando e limitando a sua atuação nas dimensões interna e externa. **Vera EIRÓ**, em *O Direito Administrativo ao Serviço da Sustentabilidade: A Gestão de Escassez da Água em Portugal – o Caso do Algarve*, retoma a sua comunicação ao Encontro para examinar os instrumentos do direito administrativo português — regulamento, ato administrativo, contrato administrativo e soft law — à luz da governação da água, tomando o Algarve como caso de estudo de uma boa gestão de um recurso cuja escassez deixou de ser hipótese para se tornar facto recorrente. Graça ENES encerra este núcleo inaugural com *A Dissonância entre os Objetivos de Participação e o Quadro Regulatório da Governação Climática na UE*, sustentando que, não obstante a Convenção de Aarhus impor à UE e aos seus Estados-Membros a garantia de participação pública na decisão ambiental e o acesso a reexame, os Regulamentos Aarhus e da Governação Climática revelam insuficiências — confirmadas pelo próprio Comité de Cumprimento da Convenção — que

perpetuam uma dissonância entre as ambições participativas proclamadas e a arquitetura regulatória em vigor.

É apropriado que a esta abertura institucional se siga uma fundamentação teórica. **Lídia Maria RIBAS**, em *Teoria do Ecodesenvolvimento de Sachs: as dimensões da sustentabilidade como parâmetro jurídico de efetivação dos direitos fundamentais*, sustenta que a redução do desenvolvimento sustentável à tríade ambiental, social e económica convencional gera uma insuficiência hermenêutica suscetível de produzir efeitos socialmente regressivos e de fragilizar a legitimidade democrática das escolhas públicas. Recuperando a teoria das oito dimensões do ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs e articulando-a com a normatividade constitucional dos direitos fundamentais, o artigo propõe um parâmetro jurídico mais alargado para o controlo da racionalidade das políticas públicas — atento aos custos distributivos que as formulações estritamente ambientais tendem a externalizar.

Um segundo núcleo volta-se para o direito do mar, terreno em que a sustentabilidade há muito põe à prova os limites de uma arquitetura de governação erguida sobre a soberania estadual e a liberdade de navegação. **Cuong Viet DO**, em *Autonomia Sustentável no Âmbito do Direito do Mar: Reconfigurando a Governação Marítima na Era dos Navios Autónomos*, trata os Navios de Superfície Marítimos Autónomos (MASS) como teste de resistência constitucional à legitimidade da governação marítima, sustentando que a convergência entre autonomia tecnológica e transição ecológica desafia quadros ainda ancorados em pressupostos antropocêntricos de comando e controlo; escudando-se na CNUDM, no Anexo VI da MARPOL e na prática evolutiva da Organização Marítima Internacional, propõe um Modelo de Governação Sustentável dos MASS em que a proteção ambiental opera como critério de legitimidade, e não como objetivo discricionário. Shams **Al Din AL HAJJAJI**, em *Onde os Oceanos Convergem: A Governação do Canal do Suez na Era da Sustentabilidade*, traça uma transformação estrutural na governação do canal — da neutralidade navegacional clássica a um modelo de "neutralidade sustentável", em que o livre trânsito se preserva ainda quando a conformidade ambiental se torna condição integrante do acesso ao canal —, situando essa mutação no quadro mais amplo da descarbonização do direito marítimo global.

Carmen MONTERO FERRER, em *Regulamento (UE) 2024/3015 sobre Trabalho Forçado: um novo passo rumo à sustentabilidade social do setor de pesca e aquicultura?*, desloca o enfoque da vertente ambiental para a social, interrogando se a nova proibição de comercialização de bens produzidos com recurso a trabalho forçado representa uma correção genuína a uma Política Comum das Pescas que historicamente privilegiou os fins ambientais e económicos em detrimento das dimensões laboral e comunitária da sustentabilidade.

Um terceiro núcleo examina o desempenho dos próprios instrumentos regulatórios da União face ao padrão de sustentabilidade que proclamam. **Yevhen NOVIKOV, Valeriia POLYCH, Olesia TRAGNIUK, Ihor ZHUKOV e Viktoriia SHULHA**, em *O Pacto Ecológico Europeu como Instrumento para Melhorar a Segurança Alimentar face aos Desafios Ambientais*, combinam a análise de regressão, estudos de caso e análise de precedentes para avaliar o impacto económico, social e jurídico do Pacto Ecológico na segurança alimentar da União, identificando a inflação alimentar e a venda de pesticidas como fatores agravantes, contrapostos à eficiência energética e à agricultura biológica como fatores mitigadores, e concluindo que o êxito do Pacto Ecológico se encontra, em última instância, condicionado pela qualidade da sua implementação jurídica, e não apenas pela sua ambição estratégica. **Anja BOTHE**, em *Análise do Princípio da Proporcionalidade na Diretiva relativa ao Dever de Diligência das Empresas em Matéria de Sustentabilidade*, submete a CSDDD a um teste de proporcionalidade e alcança um diagnóstico marcante: a diluição do âmbito subjetivo e objetivo da Diretiva ao longo do processo legislativo produziu não uma restrição excessiva, mas antes uma restrição *insuficiente* à liberdade de empresa — uma proibição por defeito que falha o teste de proporcionalidade não por excesso, mas por *Untermassverbot*, a subproteção dos direitos humanos e dos ecossistemas que a Diretiva se propunha assegurar.

Um quarto núcleo eleva-se ao plano global, onde os compromissos de sustentabilidade se confrontam com a política distributiva da governação climática e da resolução de litígios. **Carlos Hernán GONZÁLEZ-PARIAS, Juan Camilo MESA BEDOYA, Pedro PIEDRAHITA-BUSTAMANTE e Javier JUÁREZ RODRÍGUEZ**, em *Liderança Climática sem Hegemonia: poder*

normativo e potências médias latino-americanas na governança climática global (2010–2024), contestam o pressuposto de que a capacidade material hegemónica constitui condição necessária da liderança climática, reconstruindo, através de *process tracing*, o modo como a Colômbia, o Chile e a Costa Rica edificaram arquiteturas cognitivas por via de coligações como a AILAC, se envolveram em empreendedorismo normativo e exerceram mediação institucional — numa lógica que os autores designam de "credibilidade seletiva", eficaz na definição da agenda mas confrontada com um "teto de vidro material" na fase distributiva da governação climática, como bem ilustram o Fundo de Perdas e Danos e o Acordo de Escazú. **Duc Tam NGUYEN THE, The Phong VU e Gia Khanh DOAN MAI**, em *Experimente Antes de Confiar: A Arbitragem de Investimento é um Foro Adequado para a Resolução de Litígios Investidor-Estado Relacionados com o Clima (ISDS)?*, mapeiam o crescimento da arbitragem de investimento em matéria climática e concluem tratar-se de um foro imperfeito mas aperfeiçoável, estruturalmente desalinhado com litígios moldados pela regulação de interesse público e pela incerteza científica; a proposta de reforma processual que apresentam — assente na transparência por defeito, na participação estruturada das partes interessadas e em medidas de acesso à justiça — empresta ao dossier o seu título.

A sustentabilidade é, por fim, uma questão de segurança e de arquitetura fiscal do Estado. **Viktor TYSHCHUK, Viacheslav BILETSKYI e Serhii KHALYMON**, em *Energia Solar, Segurança Nacional e Desenvolvimento Sustentável: Transformações Tecnológicas, Enquadramentos Regulatórios e Desafios à Soberania Energética*, sistematizam os determinantes tecnológicos da indústria fotovoltaica contemporânea — das estruturas à previsão de rede assistida por inteligência artificial — e sustentam, através de uma lente geoeconómica e de ameaça híbrida, que a soberania energética reclama a síntese entre autonomia tecnológica e segurança jurídica: os regimes de ligação à rede, a triagem de investimento direto estrangeiro e os requisitos de cibersegurança integram, nesta leitura, o projeto de sustentabilidade tanto quanto as metas de emissões. **Ana Paula ROCHA, Sara Luís DIAS e Ana ARROMBA DINIS**, em *Fiscalidade Verde Portuguesa: dos fundamentos normativos aos desafios de política pública*, submetem os benefícios fiscais verdes portugueses a escrutínio doutrinário e

comparado à luz do princípio do poluidor-pagador, identificando fragilidades estruturais — um desequilíbrio entre a vantagem fiscal e o desempenho ecológico, o risco de efeitos regressivos — que reclamam critérios de elegibilidade mais claros e condições de conservação mais exigentes, para que os instrumentos fiscais produzam resultados ambientais mensuráveis, e não meramente nominais. Encerra a secção de Investigação Científica do dossier a contribuição de **Daniela Margarida Fernandes BRANCO DE LIMA e José de CAMPOS AMORIM**, em *A Taxa Turística como Instrumento de Sustentabilidade Ambiental em Vários Países da União Europeia*, que prolongam esta indagação fiscal através de um levantamento comparado da tributação turística nos principais destinos europeus, extraindo cinco conclusões sobre o modo como tais taxas poderão ser melhor concebidas de modo a vincular a receita fiscal a um investimento ambiental genuíno.

Lidos em conjunto, estes contributos sugerem um fio condutor comum: a sustentabilidade opera, no Direito contemporâneo, menos como regra assente do que como padrão cujo conteúdo apenas se fixa no momento da aplicação institucional — na redação de uma diretiva, na conceção de um benefício fiscal, na governação de um canal, na arquitetura processual de um foro arbitral. Sempre que essa aplicação se revela descuidada ou diluída, o resultado não é neutro: é subproteção travestida de regulação, participação prometida mas não viabilizada, transição prosseguida a um custo desigualmente repartido. A medida de uma ordem jurídica sustentável reside, sugerem estes artigos em conjunto, não na força das suas proclamações, mas no rigor da sua arquitetura institucional.

Agradecemos a todos os autores o seu trabalho e colaboração ao longo do processo editorial, bem como a todos os revisores que – de forma generosa e altruísta – nos auxiliaram no processo de seleção e escrutínio dos melhores artigos submetidos.

Como sempre, permanecemos gratamente devedores à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A Editora-Geral,

Fátima Castro Moreira

Os Editores Convidados,

Paulo Canelas de Castro

Fernanda Paula Oliveira

Ana Rita Gil

Pedro Coutinho

Edição e propriedade:
Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL
Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto
Email: upt@upt.pt

Law and Sustainability

Sustainability has become one of the great ordering principles of contemporary law, running through constitutions and treaties, regulatory impact assessments and corporate due-diligence obligations alike. Yet the very ubiquity of the concept conceals a persistent tension: sustainability is, at once, a foundational aspiration proclaimed with near-unanimous rhetorical force, and an operative constraint that must be translated, sector by sector, into workable legal instruments — such as water-management regimes, the governance of maritime straits, tax incentives, investment arbitration, or maritime autonomy. To declare the constitutional value of sustainability is one thing; to build the institutional architecture through which that value survives its encounter with administrative practice, market pressure and geopolitical interest is quite another. It is precisely this task of translation — the gap, and occasionally the bridge, between normative ambition and institutional capacity — that the present dossier, *Law and Sustainability*, sets out to address.

This reflection has its origins in the XVIII Conference of Public Law Professors, held in September 2025 at Universidade Portucalense (UPT). Although this thematic dossier constitutes an independent publication, subject to the journal's customary double-blind peer-review process, it owes its existence to that Conference, and accordingly opens with a selection of papers originally presented there, before broadening out to a wider set of independent submissions that considerably enrich the discussion.

The fourteen articles gathered in the Scientific Research section approach the question of sustainability from complementary legal perspectives — constitutional theory, administrative law, the law of the sea, EU regulatory law, climate governance and international dispute resolution, energy security and tax law.

The dossier opens with four contributions drawn from the XVIII Conference. **Eduardo António da Silva FIGUEIREDO**, in *'New Administrative Law' and Social Sustainability: From an Egalitarian to an Inclusive Public Administration*, asks how administrative activity can and should respond to the demands of social sustainability, setting out the normative foundations that bind Public Administration to the imperative of equality and non-discrimination, and questioning what it means, for administrative law, to move from the mere rejection of exclusion to the positive affirmation of inclusion. **Inês NEVES**, in *From Sustainable Development as a Constitutional Principle to the European Union as a Responsible Subject in its Own Right*, examines sustainable development as a legal principle and constitutional value of the European Union legal order, arguing — drawing on the stabilising influence of international law in shaping the concept's multidimensionality, its integrated logic and its intergenerational horizon — for its qualification as a constitutional

principle of the Union which, while unable on its own to found an autonomous competence, grounds a responsibility proper to the Union, both legitimising and limiting its action in its internal and external dimensions. **Vera EIRÓ**, in *Administrative Law in the Service of Sustainability: Managing Water Scarcity in Portugal — the Case of the Algarve*, revisits her conference paper to examine the instruments of Portuguese administrative law — regulation, administrative act, administrative contract and soft law — in light of water governance, taking the Algarve as a case study in the sound management of a resource whose scarcity has ceased to be a hypothesis and become a recurring fact. **Graça ENES** closes this opening cluster with *The Dissonance between Participation Objectives and the Regulatory Framework of EU Climate Governance*, arguing that, notwithstanding the Aarhus Convention's requirement that the EU and its Member States guarantee public participation in environmental decision-making and access to review, the Aarhus and Climate Governance Regulations reveal shortcomings — confirmed by the Convention's own Compliance Committee — that perpetuate a dissonance between the participatory ambitions proclaimed and the regulatory architecture actually in force.

It is fitting that this institutional opening should be followed by a theoretical grounding. **Lídia Maria RIBAS**, in *Sachs's Theory of Eco-Development: The Dimensions of Sustainability as a Legal Parameter for the Realisation of Fundamental Rights*, argues that reducing sustainable development to the conventional environmental, social and economic triad produces a hermeneutic insufficiency liable to generate socially regressive effects and to weaken the democratic legitimacy of public choices. Recovering Ignacy Sachs's theory of the eight dimensions of eco-development and articulating it with the constitutional normativity of fundamental rights, the article proposes a broader legal parameter for assessing the rationality of public policies — attentive to the distributive costs that strictly environmental formulations tend to externalise.

A second cluster turns to the law of the sea, terrain on which sustainability has long tested the limits of a governance architecture built upon state sovereignty and freedom of navigation. **Cuong Viet DO**, in *Sustainable Autonomy in the Law of the Sea: Reconfiguring Maritime Governance in the Age of Autonomous Ships*, treats Maritime Autonomous Surface Ships (MASS) as a stress test of the constitutional legitimacy of maritime governance, arguing that the convergence of technological autonomy and ecological transition challenges frameworks still anchored in anthropocentric assumptions of command and control; drawing on UNCLOS, Annex VI of MARPOL and the evolving practice of the International Maritime Organization, he proposes a Sustainable Governance Model for MASS in which environmental protection operates as a criterion of legitimacy rather than a discretionary objective. **Shams Al Din AL HAJJAJI**, in *Where the Oceans Converge: The Governance of the Suez Canal in the Age of Sustainability*, traces a structural transformation in the canal's governance — from classical navigational neutrality to a model

of ‘sustainable neutrality’, in which free transit is preserved even as environmental compliance becomes an integral condition of access to the canal — situating this shift within the broader decarbonisation of global maritime law. **Carmen MONTERO FERRER**, in *Regulation (EU) 2024/3015 on Forced Labour: A New Step towards the Social Sustainability of the Fisheries and Aquaculture Sector?*, shifts the focus from the environmental to the social dimension, asking whether the new prohibition on marketing goods produced using forced labour represents a genuine correction to a Common Fisheries Policy that has historically privileged environmental and economic ends over the labour and community dimensions of sustainability.

A third cluster examines the performance of the Union's own regulatory instruments against the standard of sustainability they proclaim. **Yevhen NOVIKOV, Valeriia POLYCH, Olesia TRAGNIUK, Ihor ZHUKOV and Viktoriia SHULHA**, in *The European Green Deal as an Instrument for Improving Food Security in the Face of Environmental Challenges*, combine regression analysis, case studies and precedent analysis to assess the economic, social and legal impact of the Green Deal on the Union's food security, identifying food inflation and pesticide sales as aggravating factors, set against energy efficiency and organic farming as mitigating ones, and concluding that the Green Deal's success ultimately depends on the quality of its legal implementation rather than on its strategic ambition alone. **Anja BOTHE**, in *An Analysis of the Principle of Proportionality in the Corporate Sustainability Due Diligence Directive*, subjects the CSDDD to a proportionality test and reaches a striking diagnosis: the dilution of the Directive's subjective and objective scope over the course of the legislative process produced not an excessive restriction, but rather an insufficient one, on freedom of enterprise — a default prohibition that fails the proportionality test not through excess but through *Untermassverbot*, the under-protection of the human rights and ecosystems the Directive set out to secure.

A fourth cluster rises to the global plane, where sustainability commitments confront the distributive politics of climate governance and dispute resolution. **Carlos Hernán GONZÁLEZ-PARIAS, Juan Camilo MESA BEDOYA, Pedro PIEDRAHITA-BUSTAMANTE and Javier JUÁREZ RODRÍGUEZ**, in *Climate Leadership without Hegemony: Normative Power and Latin American Middle Powers in Global Climate Governance (2010–2024)*, challenge the assumption that hegemonic material capacity is a necessary condition for climate leadership, reconstructing, through process tracing, how Colombia, Chile and Costa Rica built cognitive architectures via coalitions such as AILAC, engaged in normative entrepreneurship and exercised institutional mediation — in a logic the authors term ‘selective credibility’, effective in agenda-setting but confronted with a ‘material glass ceiling’ at the distributive stage of climate governance, as the Loss and Damage Fund and the Escazú Agreement well illustrate. **Duc Tam NGUYEN THE, The Phong VU and Gia Khanh DOAN MAI**, in *Try Before You Trust: Is Investment Arbitration*

an Adequate Forum for Resolving Climate-Related Investor-State Disputes (ISDS)?, map the growth of investment arbitration in climate matters and conclude that it is an imperfect but improvable forum, structurally misaligned with disputes shaped by public-interest regulation and scientific uncertainty; the procedural reform proposal they put forward — grounded in default transparency, structured stakeholder participation and access-to-justice measures — lends the dossier its title.

Sustainability is, finally, a matter of security and of the state's fiscal architecture. **Viktor TYSHCHUK, Viacheslav BILETSKYI and Serhii KHALYMON**, in *Solar Energy, National Security and Sustainable Development: Technological Transformations, Regulatory Frameworks and Challenges to Energy Sovereignty*, systematise the technological determinants of the contemporary photovoltaic industry — from structural design to AI-assisted grid forecasting — and argue, through a geo-economic and hybrid-threat lens, that energy sovereignty demands a synthesis of technological autonomy and legal certainty: grid-connection regimes, foreign direct investment screening and cybersecurity requirements are, on this reading, as much a part of the sustainability project as emissions targets. **Ana Paula ROCHA, Sara Luís DIAS and Ana ARROMBA DINIS**, in *Portuguese Green Taxation: From Normative Foundations to Public-Policy Challenges*, subject Portugal's green tax benefits to comparative doctrinal scrutiny in light of the polluter-pays principle, identifying structural weaknesses — an imbalance between the tax advantage and ecological performance, the risk of regressive effects — that call for clearer eligibility criteria and more demanding conservation conditions, so that fiscal instruments produce measurable, rather than merely nominal, environmental results. The dossier's Scientific Research section closes with the contribution of **Daniela Margarida Fernandes BRANCO DE LIMA and José de CAMPOS AMORIM**, in *The Tourist Tax as an Instrument of Environmental Sustainability in Various European Union Countries*, who extend this fiscal inquiry through a comparative survey of tourist taxation across major European destinations, drawing five conclusions on how such taxes might be better designed to tie tax revenue to genuine environmental investment.

Read together, these contributions suggest a common thread: in contemporary law, sustainability operates less as a settled rule than as a standard whose content is only fixed at the point of institutional application — in the drafting of a directive, the design of a tax benefit, the governance of a canal, the procedural architecture of an arbitral forum. Whenever that application proves careless or diluted, the result is not neutral: it is under-protection dressed up as regulation, participation promised but never made effective, transition pursued at an unequally shared cost. The measure of a sustainable legal order lies, these articles suggest together, not in the force of its proclamations, but in the rigour of its institutional architecture.

We thank all the authors for their work and cooperation throughout the editorial process, as well as all the reviewers who — generously and selflessly — assisted us in selecting and scrutinising the best of the articles submitted.

As ever, we remain gratefully indebted to the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

The Editor-in-Chief,

Fátima Castro Moreira

The Guest Editors,

Paulo Canelas de Castro

Fernanda Paula Oliveira

Ana Rita Gil

Pedro Coutinho

Published and owned by:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt